



CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

CONTRATO Nº. 70/2014 – M.C.A.

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA - ALIENAÇÃO Nº. 4/2014 – M.C.A.

Que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos nº. 1426, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **JAIME LUIS BASSO**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador de RG nº. 9.461.695-6 SSP/PR, e CPF nº. 277.730.000-34, daqui por diante denominado simplesmente **ALIENANTE**, e de outro lado à empresa **IVANDRO CARLOS PETROLI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.208.022/0001-07, com sede à Rua da Indústria, nº. 170, Bairro Industrial, no município de Céu Azul – Pr., neste ato representado pelo Sr. **IVANDRO CARLOS PETROLI**, portador do CPF sob o nº. 843.298.749-20 e RG nº. 6.498.884-0-SSP/PR., residente e domiciliado na cidade de Céu Azul-Pr., daqui por diante denominado simplesmente **ADQUIRENTE**, tem justo e contratado o que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a alienação do **Lote 1 – Lote rural nº 2 da Quadra Q-2, com área de 1.200 m², constante da matrícula nº 18.265, sendo parte de uma área total de 20.000 m² do lote rural 212-A da gleba 02 do imóvel Guairacá, sem benfeitorias, destinado à implantação de uma empresa no ramo de: jateamento abrasivo e pinturas em geral.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O **ALIENANTE** é possuidor, a justo título, do **Lote 1 – Lote rural nº 2 da Quadra Q-2, com área de 1.200 m², constante da matrícula nº 18.265, sendo parte de uma área total de 20.000 m² do lote rural 212-A da gleba 02 do imóvel Guairacá, sem benfeitorias, destinado à implantação de uma empresa no ramo de: jateamento abrasivo e pinturas em geral**, e em conformidade com o Edital de Concorrência Pública – Alienação nº. 4/2014 – M.C.A., aliena à **ADQUIRENTE** pelas condições expressas no referido Edital, nas condições da proposta de preço apresentada e assim acordam.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente alienação é feita pelo valor total de **R\$ 36.100,00 (trinta e seis mil e cem reais)**, com aplicação do desconto progressivo, amparado na Lei Municipal nº. 168/97 de 18 de dezembro de 1997, conforme legislação específica e proposta apresentada.

CLÁUSULA QUARTA: O **ADQUIRENTE** recebe o imóvel nesta data, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, tendo o prazo de 6 (seis) meses para término das obras, que poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e justificativa hábil, instalação e a colocação em funcionamento da empresa no local objeto da Alienação, o mesmo terá direito aos incentivos que o Município oferece na forma de descontos progressivos, conforme respaldo na Lei Municipal nº. 168/97, concedido após a avaliação dos investimentos, efetuada por Comissão designada pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA QUINTA: Este contrato precede à lavratura de competente Escritura Pública de Compra e Venda na qual será inscrita a forma negocial bem como os demais dispositivos contidos na Lei Municipal nº. 168/97 de 18 de dezembro de 1.997 e cláusula de reversão.

CLÁUSULA SEXTA: O **ADQUIRENTE** toma posse do imóvel nesta data e poderá utilizá-lo para os objetivos da alienação, isto é, a implantação de uma empresa no ramo de jateamento abrasivo e pinturas em geral.

CLÁUSULA SÉTIMA: Além da submissão aos dispositivos do Edital de Concorrência Pública - Alienação nº. 4/2014 – M.C.A., à Lei Municipal nº. 168/97 de 18 de dezembro de 1997 e à Lei 8.666/93 com suas alterações, o **ADQUIRENTE** fica obrigado ao cumprimento das demais normas que regem a matéria, especialmente as de natureza tributária, trabalhista e de proteção ao meio ambiente.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

CNPJ: 76.206.473/0001-01 // Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426 – Centro – CEP 85840-000

Fone: (45) 3266-1122 / Fax (45) 3266-1755

CLÁUSULA OITAVA: Caberá ao ALIENANTE, por intermédio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, o exercício da fiscalização e acompanhamento do efetivo cumprimento do que foi aqui avençado. Sendo assim designado o Diretor da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Sr. Mário Simoni Picolli, como o fiscal e gestor do Contrato.

CLÁUSULA NONA: Qualquer alteração nos objetivos negociais do ADQUIRENTE deverão ser autorizados pelo ALIENANTE sob pena de reversão do imóvel, dentro do que dispõe o Edital e demais normas do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA: Quando do pagamento final e/ou da confirmação da aplicação dos investimentos, o Município emitirá Certidão de Quitação que servirá para a baixa do gravame do ônus e a consequente liberação do imóvel em definitivo, para o ADQUIRENTE e este providenciar as suas custas a Escritura e Registro do imóvel em nome da empresa. Todas as custas de escrituração do imóvel correrão por conta do Adquirente;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa beneficiada não poderá inadimplir nem interromper ou paralisar suas atividades e tampouco transferir suas cotas ou ser alienada à terceiro ou desviar-se de suas finalidades para outro ramo, sem prévia autorização ou justificativa fundamentada e aceita pelo Município de Céu Azul, sob pena de reverter a este, automaticamente, o imóvel alienado com todas as benfeitorias e investimentos realizados, sem que subsista à interessada qualquer direito de indenização ou pagamento, seja a que título for, hipótese que configurará a rescisão do contrato e automática do contrato firmado e consequente retomada da posse do imóvel, com desocupação da empresa, no prazo máximo de 30 dias, da notificação a ser efetuada pelo Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa vencedora que não pagar o que se comprometeu pela compra e venda do imóvel ou não executar as obras se optar pelos descontos proporcionais nos termos da lei referida neste Edital, além das consequências do parágrafo primeiro anterior, responderá pelo pagamento de multa sobre o valor considerado vencedor no importe de 50% (cinquenta por cento) de tal quantum, o qual será lançado em dívida ativa e executado, inclusive contra os sócios da empresa, nos termos da lei, além das penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes elegem o foro da Comarca de Matelândia, para dirimir possíveis dúvidas oriundas do presente instrumento e da legislação que o fundamenta, onde o faltoso arcará com as custas processuais e honorários advocatícios.

Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Céu Azul, 22 de setembro de 2014.

JAIME LUIS BASSO
Prefeito Municipal
ALIENANTE

IVANDRO CARLOS PETROLI
IVANDRO CARLOS PETROLI - ME
ADQUIRENTE

Testemunhas:
